



Anexo IV

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ITENS PARA HOMENAGEM para atender as necessidades do Cerimonial do Gabinete, com entrega imediata, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Gabinete do Prefeito
1.3	Fundamentação legal:	Dispensa de Licitação, Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
1.4	Período:	Imediato, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias corridos.
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I.

1.6 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
01	606224	MEDALHA PERSONALIZADA COM FITA E ESTOJO - Medalha em metal dourada - Fixação com Pino e Fecho de Metal. - Medidas aproximadas da medalha: 6 cm de diâmetro com passa-fita de 3 cm (L). FITA - Aproximadamente 2,5 cm (L) X 7 cm (C) - Listrada em azul e preto ESTOJO - Medidas aproximadas: 10 (L) x 14 cm (C) x 3cm (A) - Material: Veludo (por dentro e por fora) - Cor: Azul (da bandeira do Município) - Fechamento por ímã - Com aba projetante Personalizado de acordo com Apêndice A	UN	40



Anexo IV

02	606224	<p>MEDALHA PERSONALIZADA COM FITA E ESTOJO</p> <ul style="list-style-type: none">- Medalha em metal dourada- Medidas aproximadas da medalha: 6 cm de diâmetro com passa-fita de 3 cm (L). <p>FITA</p> <ul style="list-style-type: none">- Aproximadamente 2,5 cm (L) X 70 cm (C)- Cor azul <p>ESTOJO</p> <ul style="list-style-type: none">- Medidas aproximadas: 10 (L) x 14 cm (C) x 3 cm (A)- Material: Veludo (por dentro e por fora)- Cor: Azul (da bandeira do Município)- Fechamento por ímã <p>Personalizado de acordo com Apêndice B</p>	UN	40
03	396281	<p>QUADRO MOLDURA</p> <ul style="list-style-type: none">- Com 2 vidros, um sendo antirreflexo- Padrão A4, com medidas aproximadas de 31 x 40 cm (variação de 5% para mais ou menos)- Moldura de alumínio- Cor bronze- Acompanha gancho para fixação <p>De acordo com Apêndice C</p>	UN	40

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29 de setembro de 2022 (<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Decreto-Municipal-no1746-de-29-de-setembro-de-2022.pdf>).

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, a ser contratado mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

1.9 - Dos prazos de execução:

1.9.1 - 1º prazo - ENTREGA DOS PROTÓTIPOS: até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do envio das artes à Contratada;

1.9.1 - 2º prazo - ENTREGA DO MATERIAL FINAL, APÓS APROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS: até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data da aprovação final dos protótipos pelo Cerimonial.



2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Município recebe anualmente autoridades e convidados em reuniões solenes e institucionais; rotina que acontece em diversas esferas da Administração Pública, que estreita laços de amizade e cordialidade entre o poder executivo e outros poderes, órgãos e entidades, sendo elas públicas ou privadas.

2.3 Além disso, Nova Friburgo pode ser considerada celeiro de talentos, com destaque especial para os esportes. A cidade conta com diversos atletas e profissionais envolvidos nas mais diversas modalidades desportivas. Com isso, os quadros servirão de moldura para moções e/ou homenagens a estas pessoas. Já as medalhas são elementos simbólicos utilizados com o objetivo de reconhecer conquistas e premiar o mérito em vários contextos.

2.4 Como forma de homenagear estas pessoas, fica caracterizado o interesse público para a aquisição dos itens para homenagens em geral, com o intuito de agradecer por todo trabalho e comprometimento na construção da história da cidade.

2.5 O basquete, por exemplo, é uma das modalidades mais vitoriosas da história do desporto de Nova Friburgo, por esse motivo, o Município contará com um Centro de Excelência do Basquete, denominado “Casa do Basquete Brasileiro” que funcionará no Ginásio Esportivo Frederico Sichel, do Sesi, no Jardim Ouro Preto, distrito de Conselheiro Paulino, uma parceria de sucesso entre a Firjan e demais idealizadores.

2.6 A cidade segue se destacando de forma expressiva em outros esportes além do basquete, como corrida, artes marciais, ciclismo, entre outros; e já recebeu a seleção brasileira de futsal para preparação para a Copa do Mundo do Uzbequistão que aconteceu em setembro de 2024, o que é motivo de muito orgulho para o povo friburguense.

2.7 A promoção de eventos esportivos visa o desenvolvimento social da população do município, bem como assegura e facilita o acesso dos usuários a boas condições de práticas esportivas no seio da comunidade, a atual administração visa proporcionar e incentivar cada vez mais as práticas esportivas e atividades físicas que proporcionam saúde, bem estar e lazer aos cidadãos, e eventualmente, possibilitam vitórias e conquistas para os atletas locais.

2.8 Autoridades, personalidades friburguenses, atletas em destaque e demais indivíduos que colaboraram e seguem colaborando para o desenvolvimento e crescimento de Nova Friburgo, merecem reconhecimento e homenagem, por isso a necessidade da atual gestão em adquirir os itens relacionados.

**Anexo IV**

2.9 Os itens atenderão às demandas do Cerimonial do Gabinete do Prefeito, no que tange homenagens à autoridades nos eventos e visitas oficiais ao longo do ano e à personalidades friburguenses que se destacam nas mais diversas áreas, como os esportes.

2.10 Como benefícios com tal aquisição, pode-se elencar: a valorização e gratidão pelos feitos de forma honrosa ao longo da história friburguense.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Aquisição dos itens se dará por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 75, inciso II, critério de julgamento menor preço global nos termos do art 33, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/21, considerando não haver outra forma de atender a demanda apresentada.

3.3 Visto o valor estimado para a contratação, através de breve pesquisa, a Dispensa de Licitação é a forma de aquisição que melhor se adequa. O critério de julgamento por menor preço global, atende a necessidade de dar celeridade aos trâmites, além de garantir a qualidade dos itens. Levando em consideração suas características em comum, empresas do mesmo segmento podem fornecer todos os itens sem dificuldades.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O material deverá ser entregue em uma única parcela, no prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos.

4.2 Adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pela contratada como a utilização de mecanismos de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

4.3 Será solicitado “protótipo” do material (uma unidade de cada item confeccionada de acordo com os modelos), para fins de verificação do descritivo, quanto a tamanho, qualidade e personalização do objeto.

4.4 Os protótipos serão apreciados pelo setor de Cerimonial do Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis do seu recebimento, quando se verificará o cumprimento das especificações definidas neste Termo de Referência.

4.5 O prazo para entrega dos protótipos é de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados do envio das artes à CONTRATADA. Local e horário para entrega: Gabinete do Prefeito - das 9h às 16h, endereço: Av. Alberto Braune, 225 - 2º andar - Centro - Nova Friburgo/RJ.



Anexo IV

4.6 Caso a prova seja rejeitada pelo fiscal ou gestor da contratação, a contratante comunicará à CONTRATADA, que terá o prazo de até 3 (três) dias para o envio de novo protótipo, a contar do recebimento do e-mail de formalização da rejeição do material anterior.

4.7 A rejeição do segundo protótipo apresentado poderá ensejar na aplicação de sanções contratuais e/ou rescisão contratual. A empresa será responsável pela entrega e retirada deste material na Prefeitura do Município e deverá arcar com todos os ônus relativos ao transporte.

4.8 Somente após aprovação formal dos protótipos pelo Cerimonial, por e-mail, é que a CONTRATADA estará autorizada à confeccionar o quantitativo total de unidades solicitadas no Termo de Referência, e entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

4.9 Após o recebimento provisório do quantitativo total dos itens, em até 5 dias úteis, será realizado o recebimento definitivo pelo Cerimonial.

4.10 As despesas decorrentes da retirada do material rejeitado pelo Cerimonial e da entrega do material substituto também correrão por conta da contratada.

4.11 Os modelos constarão como apêndice do Termo de Referência.

4.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega do produto é de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data da aprovação final dos protótipos pelo Cerimonial.

5.2 Caso não seja possível a entrega do produto na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação do protótipo, ou seja, a CONTRATADA deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora aprovado. O não cumprimento desde subitem permitirá, por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.4 O item deverá ser entregue no seguinte endereço e horário:

Nome do requisitante:	GABINETE DO PREFEITO
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - 2º andar - Centro - Nova Friburgo RJ - CEP: 28613-001



Anexo IV

Horário de entrega:	Horário de entrega: de segunda à sexta-feira das 09:00 às 16:00
----------------------------	----------------------------------------------------------------------------

5.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

5.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-à como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, §5º).

6.3 A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão designados posteriormente pela autoridade requisitante, antes da execução do objeto, através de publicação de Ordem de Serviço.

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para providências cabíveis (Lei n.º 14.133/21, art. 117, §1º).



Anexo IV

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, §2º).

6.3.3 O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

6.4 O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

6.5 Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).

6.6 A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da CONTRATANTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei n.º 14.133/21.

6.12 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.



Anexo IV

6.13 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 6.13.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA;
- 6.13.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à CONTRATADA;
- 6.13.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.13.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei n.º 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

7.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- h. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



Anexo IV

- i. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.3 Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/21.

8.1.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

8.1.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

8.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



Anexo IV

8.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.

8.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os participantes em qualquer momento da dispensa.

8.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

8.3.1 advertência;

8.3.2 multa;

8.3.2.1 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

8.3.2.2 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

8.3.2.3 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

8.3.2.4 Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

8.3.3 impedimento de licitar e contratar;

8.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

8.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

8.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração devidamente justificado;



Anexo IV

8.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

8.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria de Licitações e Planejamento, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://www.novafriburgo.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

10.1.1	Unidade Orçamentária	002 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
10.1.2	Programa de Trabalho:	02001.0412200012.003
10.1.3	Fonte de Recursos:	172000000017
10.1.4	Natureza da Despesa:	33.90.30-51 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225
CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001



11.2 Todos os materiais deverão ser entregues no **GABINETE DO PREFEITO**, situado à **Av. Alberto Braune, 225 - 2º andar - Centro - Nova Friburgo RJ - CEP: 28613-001, de segunda à sexta-feira das 09:00 às 16:00.**

11.3 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência aos Decretos:

I - 2480 de 30 de outubro de 2023.

<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-2480-2023-301023.pdf>

II - 2493 de 07 de novembro de 2023.

<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-2493-2023-071123.pdf>

III - 3116/2024 de 18 de Setembro de 2024

<https://www.pmnf.rj.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DECRETO-3116-2024-180924-ALTERACAO-ORDEM-CRONOLOGICA.pdf>

11.4 O pagamento será efetuado conforme estabelecem o Decreto n.º 2480/23, Decreto n.º 2493/23 e Decreto n.º 3116/2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- CND Estadual – referente ao ICMS.

11.5 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite ao CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.6 Na ocorrência de rejeição das Notas Fiscais, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pela empresa ganhadora deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.



Anexo IV

12.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Gabinete do Prefeito.

Nova Friburgo, 17 de julho de 2025.

Adriana de Araújo Ribeiro

Matr.: 062.867

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei n.º 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Mayra Martins

Secretária de Gabinete do Prefeito

Mat.: 63.002